



Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário
Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este Caderno de Questões ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se à crônica abaixo, publicada em 28/08/1991.

Bom para o sorveteiro

Por alguma razão inconsciente, eu fugia da notícia. Mas a notícia me perseguia. Até no avião, o único jornal abria na minha cara o drama da baleia encalhada na praia de Saquarema. Afinal, depois de quase três dias se debatendo na areia da praia e na tela da televisão, o filhote de jubarte conseguiu ser devolvido ao mar. Até a União Soviética acabou, como foi dito por locutores especializados em necrológio eufórico. Mas o drama da baleia não acabava. Centenas de curiosos foram lá apreciar aquela montanha de força a se esfalfar em vão na luta pela sobrevivência. Um belo espetáculo.

À noite, cessava o trabalho, ou a diversão. Mas já ao raiar do dia, sem recursos, com simples cordas e as próprias mãos, todos se empenhavam no lúcido objetivo comum. Comum, vírgula. O sorveteiro vendeu centenas de picolés. Por ele a baleia ficava encalhada por mais duas ou três semanas. Uma santa senhora teve a feliz ideia de levar pastéis e empadinhas para vender com ágio. Um malvado sugeriu que se desse por perdida a batalha e se começasse logo a repartir os bifés.

Em 1966, uma baleia adulta foi parar ali mesmo e em quinze minutos estava toda retalhada. Muitos se lembravam da alegria voraz com que foram disputadas as toneladas da vítima. Essa de agora teve mais sorte. Foi salva graças à religião ecológica que anda na moda e que por um momento estabeleceu uma trégua entre todos nós, animais de sangue quente ou de sangue frio.

Até que enfim chegou uma traineira da Petrobrás. Logo uma estatal, ó céus, num momento em que é preciso dar provas da eficácia da empresa privada. De qualquer forma, eu já podia recolher a minha aflição. Metáfora fácil, lá se foi, espero que salva, a baleia de Saquarema. O maior animal do mundo, assim frágil, à mercê de curiosos. À noite, sonhei com o Brasil encalhado na areia diabólica da inflação. A bordo, uma tripulação de camelôs anunciava umas bugigangas. Tudo fala. Tudo é símbolo.

(Otto Lara Resende, **Folha de S. Paulo**)

1. O cronista ressalta aspectos **contrastantes** do caso de Saquarema, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:
- (A) *drama da baleia encalhada e três dias se debatendo na areia.*
 - (B) *em quinze minutos estava toda retalhada e foram disputadas as toneladas da vítima.*
 - (C) *se esfalfar em vão na luta pela sobrevivência e levar pastéis e empadinhas para vender com ágio.*
 - (D) *o filhote de jubarte conseguiu ser devolvido ao mar e lá se foi, espero que salva, a baleia de Saquarema.*
 - (E) *Até que enfim chegou uma traineira da Petrobrás e Logo uma estatal, ó céus.*

2. Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:
- I. A analogia entre a baleia e a União Soviética insinua, entre outros termos de aproximação, o encaixe dos gigantes.
 - II. As reações dos envolvidos no episódio da baleia encalhada revelam que, acima das diferentes providências, atinham-se todos a um mesmo propósito.
 - III. A expressão *Tudo é símbolo* prende-se ao fato de que o autor aproveitou o episódio da baleia encalhada para também figurar o encaixe de um país imobilizado pela alta inflação.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Foram **irrelevantes** para a salvação da baleia estes **dois** fatores:
- (A) o necrológio da União Soviética e os serviços da traineira da Petrobrás.
 - (B) o prestígio dos valores ecológicos e o empenho no lúcido objetivo comum.
 - (C) o fato de a jubarte ser um animal de sangue frio e o prestígio dos valores ecológicos.
 - (D) o fato de a Petrobrás ser uma empresa estatal e as iniciativas que couberam a uma traineira.
 - (E) o aproveitamento comercial da situação e a força descomunal empregada pela jubarte.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *em necrológio eufórico* (1º parágrafo) = em façanha mortal.
 - (B) *Comum, vírgula* (2º parágrafo) = Geral, mas nem tanto.
 - (C) *que se desse por perdida a batalha* (2º parágrafo) = que se imaginasse o efeito de uma derrota.
 - (D) *estabeleceu uma trégua entre todos nós* (3º parágrafo) = derogou uma imunidade para nós todos.
 - (E) *é preciso dar provas da eficácia* (4º parágrafo) = convém explicitar os bons propósitos.

5. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:
- (A) À noite, davam-se aos trabalhos de poucos e à diversão de muitos uma trégua oportuna, para tudo recomeçar na manhã seguinte.
 - (B) Aos esforços brutais da jubarte não correspondiam qualquer efeito prático, nenhum avanço obtinha o gigante encalhado na areia.
 - (C) Sempre haverá de aparecer aqueles que, diante de um espetáculo trágico, logram explorá-lo como oportunidade de comércio.
 - (D) Como se vê, cabe aos bons princípios ecológicos estimular a salvação das baleias, seja no alto-mar, seja na areia da praia.
 - (E) Da baleia encalhada em 1966 não restou, lembranos o autor, senão as postas em que a cruel voracidade dos presentes retalhou o animal.



6. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o último parágrafo do texto.

- (A) Apesar de tratar do drama ocorrido com uma baleia, o cronista não deixa de aludir a circunstâncias nacionais, como o impulso para as privatizações e os custos da alta inflação.
- (B) Mormente tratando de uma jubarte enalhado, o cronista não obsta em tratar de assuntos da pauta nacional, como a inflação ou o processo empresarial das privatizações.
- (C) Vê-se que um cronista pode assumir, como aqui ocorreu, o papel tanto de um repórter curioso como analisar fatos oportunos, qual seja a escalada inflacionária ou a privatização.
- (D) O incidente da jubarte enalhado não impediu de que o cronista se valesse de tal episódio para opinar diante de outros fatos, haja vista a inflação nacional ou a escalada das privatizações.
- (E) Ao bom cronista ocorre associar um episódio como o da jubarte com a natureza de outros, bem distintos, sejam os da economia inflacionada, sejam o crescente prestígio das privatizações.

7. Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

- (A) *Muitos se lembravam da alegria voraz com que foram disputadas as toneladas da vítima* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
- (B) *todos se empenhavam no lúcido objetivo comum* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.
- (C) *uma tripulação de camelôs anunciava umas bugigangas* a voz verbal é ativa, sendo *umas bugigangas* o objeto direto.
- (D) *eu já podia recolher a minha aflição* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.
- (E) *Logo uma estatal, ó céus* o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de tempo.

8. Está **inadequada** a correlação entre tempos e modos verbais no seguinte caso:

- (A) Muitos se lembrariam da alegria voraz com que eram disputadas as toneladas da vítima.
- (B) Foi salva graças à religião ecológica que andava na moda e que por um momento estabeleceu uma trégua entre todos.
- (C) Um malvado sugere que se dê por perdida a batalha e comecemos logo a repartir os bifés.
- (D) Depois de se haver debatido por três dias na areia da praia a jubarte acabara sendo salva por uma traineira que vinha socorrê-la.
- (E) Já informado do salvamento da baleia, o cronista teve um sonho em que o animal lhe surgiu com a força de um símbolo.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A razão do mérito e a do voto

Um ministro, ao tempo do governo militar, irritado com a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, buscou minimizar a importância do voto com o seguinte argumento: – Será que os passageiros de um avião gostariam de fazer uma eleição para escolher um deles como piloto de seu voo? Ou prefeririam confiar no mérito do profissional mais abalizado?

A perfídia desse argumento está na falsa analogia entre uma função eminentemente técnica e uma função eminentemente política. No fundo, o ministro queria dizer que o governo estava indo muito bem nas mãos dos militares e que estes saberiam melhor que ninguém prosseguir no comando da nação.

Entre a escolha pelo mérito e a escolha pelo voto há necessidades muito distintas. Num concurso público, por exemplo, a avaliação do mérito pessoal do candidato se impõe sobre qualquer outra. A seleção e a classificação de profissionais devem ser processos marcados pela transparência do método e pela adequação aos objetivos. Já a escolha da liderança de uma associação de classe, de um sindicato deve ocorrer em conformidade com o desejo da maioria, que escolhe livremente seu representante. Entre a especialidade técnica e a vocação política há diferenças profundas de natureza, que pedem distintas formas de reconhecimento.

Essas questões vêm à tona quando, em certas instituições, o prestígio do "assembleísmo" surge como absoluto. Há quem pretenda decidir tudo no voto, reconhecendo numa assembleia a "soberania" que a qualifica para a tomada de qualquer decisão. Não por acaso, quando alguém se opõe a essa generalização, lembrando a razão do mérito, ouvem-se diatribes contra a "meritocracia". Eis aí uma tarefa para nós todos: reconhecer, caso a caso, a legitimidade que tem a decisão pelo voto ou pelo reconhecimento da qualificação indispensável. Assim, não elegeremos deputado alguém sem espírito público, nem votaremos no passageiro que deverá pilotar nosso avião.

(Júlio Castanho de Almeida, inédito)

9. Deve-se presumir, com base no texto, que a razão do mérito e a razão do voto devem ser consideradas, diante da tomada de uma decisão,

- (A) complementares, pois em separado nenhuma delas satisfaz o que exige uma situação dada.
- (B) excludentes, já que numa votação não se leva em conta nenhuma questão de mérito.
- (C) excludentes, já que a qualificação por mérito pressupõe que toda votação é ilegítima.
- (D) conciliáveis, desde que as mesmas pessoas que votam sejam as que decidam pelo mérito.
- (E) independentes, visto que cada uma atende a necessidades de bem distintas naturezas.



10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A argumentação do ministro, referida no primeiro parágrafo, é rebatida pelo autor do texto por ser falaciosa e escamotear os reais interesses de quem a formula.
- II. O autor do texto manifesta-se francamente favorável à razão do mérito, a menos que uma situação de real impasse imponha a resolução pelo voto.
- III. A conotação pejorativa que o uso de aspas confere ao termo "assembleísmo" expressa o ponto de vista dos que desconsideram a qualificação técnica.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
11. Considerando-se o contexto, são expressões bastante próximas quanto ao sentido:
- (A) *fazer uma eleição e confiar no mérito do profissional.*
- (B) *especialidade técnica e vocação política.*
- (C) *classificação de profissionais e escolha da liderança.*
- (D) *avaliação do mérito e reconhecimento da qualificação.*
- (E) *transparência do método e desejo da maioria.*
12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo adequado a lacuna da seguinte frase:
- (A) As acusações que (**promover**) quem defende o "assembleísmo" baseiam-se na decantada "soberania" das assembleias.
- (B) Não (**convir**) aos radicais da meritocracia admitir que pode haver boas resoluções obtidas pelo critério do voto.
- (C) Por que (**haver**) de caber a um simples passageiro as responsabilidades do comando de uma aeronave?
- (D) O que aos bons políticos não (**poder**) faltar, sobretudo nos momentos de decisão, é o espírito público.
- (E) Não (**caber**) às associações de classe, em assembleias, avaliar o mérito técnico, julgar a qualificação profissional de alguém.
13. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) A argumentação na qual se valeu o ministro baseava-se numa analogia em cuja pretendia confundir função técnica com função política.
- (B) As funções para cuj desempenho exige-se alta habilitação jamais caberão a quem se promova apenas pela aclamação do voto.
- (C) Para muitos, seria preferível uma escolha baseada no consenso do voto do que a promoção pelo mérito onde nem todos confiam.
- (D) A má reputação de que se imputa ao "assembleísmo" é análoga àquela em que se reveste a "meritocracia".
- (E) A convicção de cuja não se afasta o autor do texto é a de que a adoção de um ou outro critério se faça segundo à natureza do caso.
14. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Em qualquer escalão do governo costuma haver mais cedo, ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado, por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança que ficam ao sabor, das conveniências políticas.
- (B) Em qualquer escalão, do governo, costuma haver mais cedo ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (C) Em qualquer escalão do governo, costuma haver, mais cedo ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo, estabilizado por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (D) Em qualquer escalão do governo costuma haver, mais cedo ou mais tarde, atritos, entre o pessoal técnico-administrativo, estabilizado por concurso e o pessoal, indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (E) Em qualquer escalão do governo costuma haver mais cedo, ou mais tarde atritos, entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado, por concurso, e o pessoal indicado, para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.



15. Atente para a redação do seguinte comunicado:

Vimos por esse intermédio convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, aonde se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.

As falhas do texto encontram-se plenamente sanadas em:

- (A) *Vimos, por este intermédio, convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, quando se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (B) *Vimos por este intermédio convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, onde se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (C) *Vimos, por este intermédio, convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em cuja se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (D) *Vimos por esse intermédio convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em que se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (E) *Vimos, por este intermédio, convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em que se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*

Noções de Informática

16. Em relação a *hardware* e *software*, é correto afirmar:

- (A) Para que um *software* aplicativo esteja pronto para execução no computador, ele deve estar carregado na memória *flash*.
- (B) O fator determinante de diferenciação entre um processador sem memória *cache* e outro com esse recurso reside na velocidade de acesso à memória RAM.
- (C) Processar e controlar as instruções executadas no computador é tarefa típica da unidade de aritmética e lógica.
- (D) O *pendrive* é um dispositivo de armazenamento removível, dotado de memória *flash* e conector USB, que pode ser conectado em vários equipamentos eletrônicos.
- (E) Dispositivos de alta velocidade, tais como discos rígidos e placas de vídeo, conectam-se diretamente ao processador.

17. Sobre *webmail* é INCORRETO afirmar:

- (A) É a forma de acessar o correio eletrônico através da *Web*, usando para tal um navegador (*browser*) e um computador conectado à Internet.
- (B) Exige validação de acesso, portanto, requer nome de usuário e senha.
- (C) Via de regra, uma de suas limitações é o espaço em disco reservado para a caixa de correio, que é gerenciado pelo provedor de acesso.
- (D) HTTP (Hypertext Transfer Protocol) é o protocolo normalmente utilizado no *webmail*.
- (E) É a forma de acessar o correio eletrônico através da *Web*, desde que haja um *software* cliente de *e-mail* instalado no computador.

18. João possui uma pasta em seu computador com um conjunto de arquivos que totalizam 4GB. A mídia de *backup* adequada, dentre outras, para receber uma cópia da pasta é

- (A) DVD-RW.
- (B) CD-R.
- (C) Disquete de 3 e 1/2 polegadas de alta densidade.
- (D) Memória CACHE.
- (E) Memória RAM.

19. Em relação à organização de arquivos, é correto afirmar:

- (A) Uma pasta pode conter apenas arquivos.
- (B) Arquivos e pastas de sistemas podem ser renomeados ou movidos, mas nunca excluídos.
- (C) Dois arquivos com o mesmo nome podem coexistir desde que estejam em pastas ou subpastas diferentes.
- (D) Arquivos podem ser classificados e exibidos de diversas formas, exceto por data da criação.
- (E) Arquivos e pastas de documentos do usuário podem ser renomeados, mas não podem ser movidos.

20. Muitas vezes o alinhamento justificado de parágrafos no *Microsoft Word* deixa grandes espaços entre as palavras, numa mesma linha ou em várias linhas do texto, que podem, além de comprometer a estética do texto, dificultar a leitura. Uma solução para esse problema, no *Microsoft Word 2010*, é habilitar a hifenização automática do texto. Isso pode ser feito por meio da opção Hifenização da guia

- (A) *Layout* da Página.
- (B) Inserir.
- (C) Página Inicial.
- (D) Exibição.
- (E) Parágrafo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Eleitoral**

21. Num determinado município, a convenção partidária realizada no último dia do prazo legal deliberou a respeito da formação de coligação, deliberação esta contrária às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, que, por isso, anulou a deliberação e todos os atos dela decorrentes. Em vista disso, houve necessidade de escolha de candidatos. Nesse caso, observadas as demais exigências legais,
- (A) deverá ser realizada nova convenção partidária para esse fim nos quinze dias posteriores à anulação.
 - (B) deverá ser realizada nova convenção partidária para esse fim nos trinta dias posteriores à anulação da deliberação.
 - (C) o partido ficará sem candidatos para esse pleito eleitoral, por já ter esgotado o prazo legal para realização das convenções.
 - (D) o pedido de registro de novos candidatos deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos dez dias seguintes à deliberação relativa à anulação.
 - (E) o pedido de registro de candidatos só poderá ser feito por estes pessoalmente, diretamente à Justiça Eleitoral, nos quinze dias seguintes ao ato de anulação.
-
22. Pedro é radialista e titular de um programa numa emissora da cidade. Tendo sido escolhido candidato a Prefeito Municipal pela convenção de seu partido, adotou variação nominal coincidente com o nome do seu programa. Em tal situação, a partir de 1^o de julho do ano da eleição, a emissora de rádio, em sua programação normal,
- (A) poderá divulgar o nome do programa, porque não é o mesmo que o do candidato.
 - (B) poderá divulgar o nome do programa, porque já existia antes da convenção partidária.
 - (C) poderá divulgar o nome do programa, desde que não difunda opinião favorável ao candidato.
 - (D) só poderá divulgar o nome do programa se não for apresentado ou comentado pelo candidato.
 - (E) não poderá divulgar o nome do programa, por expressa vedação legal.
-
23. O partido Beta, no horário eleitoral gratuito, fez, durante trinta segundos, afirmação difamatória contra o candidato a Governador do Estado pelo partido Delta. O candidato atingido pela afirmativa difamatória pediu o exercício do direito de resposta, que foi deferido pela Justiça Eleitoral. O tempo reservado ao partido responsável pela ofensa é de trinta segundos. A resposta será veiculada no horário destinado ao partido responsável pela ofensa, em até
- (A) quarenta e oito horas após a decisão, durante um minuto, em dois tempos de trinta segundos.
 - (B) vinte e quatro horas após a decisão, durante trinta segundos.
 - (C) setenta e duas horas após a decisão, durante dois minutos, em quatro tempos de trinta segundos.
 - (D) quarenta e oito horas após a decisão, durante trinta segundos.
 - (E) vinte e quatro horas após a decisão, durante um minuto, em dois tempos de trinta segundos.
-
24. O comitê financeiro do partido Alpha, tendo cumprido as exigências eleitorais e recebido seu número de registro de CNPJ, iniciou a arrecadação de recursos financeiros à campanha eleitoral. Pretendem fazer doações:
- I. cooperativa não beneficiada com recursos públicos, composta por cooperados que não são concessionários ou permissionários de serviço público.
 - II. entidade esportiva privada, sem participação em campeonatos das divisões principais.
 - III. sindicato representativo de categoria profissional patronal de âmbito estadual.
 - IV. pessoa jurídica sem fins lucrativos que não recebe recurso do exterior.
- Dentre os pretendentes, o comitê financeiro do partido Alpha NÃO poderá receber doações das entidades indicadas em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.



25. Antes do dia 5 de julho do ano da eleição, os Deputados Federais abaixo indicados praticaram as seguintes condutas:
- I. Paulus participou de congressos, em ambiente fechado e às expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais.
 - II. Petrus divulgou debates legislativos, sem mencionar possível candidatura e sem formular pedido de votos ou de apoio eleitoral.
 - III. Cicerus divulgou atos parlamentares, mencionando possível candidatura e formulando pedido de apoio eleitoral.
 - IV. Lucius participou de entrevista realizada pela Rádio da Cidade, com exposição de plataforma eleitoral e projetos políticos, formulando pedido de votos.

Serão consideradas propaganda eleitoral antecipada SOMENTE as condutas de

- (A) Cicerus e Lucius.
- (B) Paulus e Petrus.
- (C) Paulus e Lucius.
- (D) Petrus e Cicerus.
- (E) Paulus e Cicerus.

26. Os dados pessoais do eleitor José da Silva (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço) poderão ser fornecidos
- (A) a qualquer pessoa que justifique adequadamente o pedido.
 - (B) ao seu credor, desde que justifique o pedido com demonstração da dívida e a inércia do devedor.
 - (C) a entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesses.
 - (D) aos jornalistas em geral, desde que desenvolvam matéria relacionada à sua profissão.
 - (E) aos parentes do eleitor, quando estiverem buscando o seu paradeiro.

27. O eleitor Pedro encaminhou à Justiça Eleitoral documento comprobatório de que determinado partido político está recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira. Nesse caso, o processo de cancelamento do registro e do estatuto do partido
- (A) dependerá de representação fundamentada do Ministério de Relações Exteriores.
 - (B) poderá ser determinado de ofício, sem qualquer defesa do partido.
 - (C) dependerá de representação formulada por outro partido político.
 - (D) dependerá de representação formulada pelo Ministério Público Eleitoral.
 - (E) poderá ser iniciado pelo Tribunal Superior Eleitoral com base na denúncia formulada por Pedro.

28. Paulo é proprietário de uma van de aluguel com a qual faz transporte de alunos para uma escola particular. No dia da eleição, transportou todos os onze membros de sua família, da zona rural para os locais de votação. A conduta de Paulo
- (A) foi ilícita, por se tratar de veículo de aluguel.
 - (B) foi ilícita, por se tratar de transporte de eleitores da zona rural.
 - (C) foi lícita, porque se limitou a transportar os membros de sua família.
 - (D) foi ilícita, por se tratar de utilitário e não de automóvel de passeio.
 - (E) só poderá ser considerada lícita se tiver obtido prévia autorização da Justiça Eleitoral.

Direito Constitucional

29. De acordo com o texto da Constituição da República e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em matéria de controle de constitucionalidade é correto afirmar:
- (A) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
 - (B) A cláusula de reserva de plenário não se aplica aos processos de competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.
 - (C) Aos magistrados dos juizados especiais é vedado o exercício do controle incidental de constitucionalidade de leis e atos normativos.
 - (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas não vinculam a atuação da administração pública.
 - (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.



30. Ao disciplinar o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, a Constituição da República estabelece que
- (A) o controle de constitucionalidade não pode ser exercido por juízes em estágio probatório.
 - (B) os atos normativos municipais não podem ser objeto de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade.
 - (C) as decisões proferidas pela maioria absoluta dos membros dos Tribunais, no exercício do controle incidental de constitucionalidade, produzem efeitos contra todos e vinculantes relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (D) a pretensão deduzida em ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prescreve em vinte anos.
 - (E) todos os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade também o são, observados os demais requisitos, para promoverem a ação declaratória de constitucionalidade.
-
31. Compete à União legislar privativamente, dentre outras matérias, sobre
- (A) orçamento.
 - (B) custas e serviços forenses.
 - (C) procedimentos em matéria processual.
 - (D) direito eleitoral.
 - (E) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
-
32. Suponha que um Senador da República tenha apresentado projeto de lei dispendo sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União. O projeto de lei foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados e, na sequência, encaminhado à sanção e promulgação pelo Presidente da República, que o vetou integralmente no 11^º dia útil do recebimento do projeto. Na sequência, o veto presidencial foi apreciado, sucessivamente, em cada uma das Casas legislativas, sendo rejeitado pela maioria absoluta de seus membros. Ao final, o projeto de lei foi enviado ao Presidente do Senado Federal, que o promulgou, uma vez que o Presidente da República estava ausente do País.
- A situação acima descrita contém erros, do ponto de vista jurídico. A alternativa que apresenta, apropriadamente, um desses erros é:
- (A) O projeto de lei somente poderia ter sido apresentado por Deputado Federal.
 - (B) O veto presidencial foi exercido fora do prazo constitucional.
 - (C) O veto presidencial deveria ter sido apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em sessão conjunta.
 - (D) O veto presidencial poderia ter sido rejeitado por maioria simples de cada uma das Casas legislativas.
 - (E) O projeto de lei deveria ter sido encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados para promulgação.
-
33. Suponha que, num processo judicial, após a constatação do desaparecimento injustificado de bem que estava sob a guarda de depositário judicial, o magistrado decretou a prisão civil do depositário.
- Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a prisão civil foi decretada
- (A) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito apenas o depositário judicial, e não o contratual.
 - (B) regularmente, uma vez que a essa pena está sujeito o depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
 - (C) irregularmente, uma vez que a pena somente pode ser aplicada ao depositário infiel que assumiu contratualmente o ônus da guarda do bem.
 - (D) irregularmente, uma vez que é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
 - (E) irregularmente, uma vez que é inconstitucional a prisão civil por dívida, qualquer que seja seu fundamento.



34. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, analise:
- I. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na administração pública, somente pode ser coibida por lei específica de cada ente federativo, não se podendo extrair essa proibição da própria Constituição da República.
 - II. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
 - III. Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
35. Suponha que um acórdão proferido por determinado Tribunal Regional Eleitoral tenha declarado a inelegibilidade de certo candidato às eleições. Na ocasião, o Tribunal interpretou a lei aplicável ao caso de modo divergente da interpretação conferida por outros Tribunais Regionais Eleitorais. Contra esse acórdão, o candidato
- (A) não poderá interpor qualquer recurso.
 - (B) poderá interpor recurso fundado em divergência jurisprudencial, bem como fundado no fato de que o acórdão versou sobre matéria de inelegibilidade.
 - (C) poderá apenas interpor recurso com fundamento em divergência jurisprudencial.
 - (D) poderá apenas interpor recurso fundado em violação de disposição expressa da Constituição da República.
 - (E) poderá apenas interpor recurso fundado em violação de disposição expressa de lei.

36. De acordo com as normas da Constituição da República, é correto afirmar que
- (A) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
 - (B) são inelegíveis os brasileiros natos extraditados.
 - (C) são alistáveis como eleitores os militares, ainda que conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.
 - (D) é vedado ao legislador estabelecer outros casos de inelegibilidade além daqueles previstos na Constituição da República.
 - (E) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos podem concorrer a outros cargos no exercício dos respectivos mandatos.

Direito Civil e Direito Processual Civil

37. João Cabral de Melo Neto é autor da grandiosa obra literária **Morte e Vida Severina**. Analisando o nome do autor, protegido pelo Código Civil brasileiro, o seu agnome é
- (A) Neto.
 - (B) João, apenas.
 - (C) Cabral, apenas.
 - (D) João Cabral.
 - (E) de Melo.



38. Minotauro, empresário milionário, celebrou contrato de doação com seu amigo de infância Aquiles. Através do referido contrato Minotauro doou para Aquiles uma pequena propriedade imóvel, onde ele pudesse organizar seu comitê eleitoral, já que pretende se candidatar nas próximas eleições municipais. O contrato de doação, em regra, é
- (A) oneroso, bilateral e solene.
 - (B) gratuito, bilateral e de natureza real.
 - (C) gratuito, unilateral e de natureza real.
 - (D) gratuito, bilateral e de caráter pessoal.
 - (E) gratuito, unilateral e de caráter pessoal.
-
39. Platão, prefeito da cidade "Magnífica", está sendo demandado judicialmente pela empresa de publicidade X em R\$ 50.000,00 pelos serviços prestados durante a campanha eleitoral. Ocorre que Platão já efetuou o pagamento da quantia mencionada na data aprezada pelas partes. De acordo com o Código Civil brasileiro, salvo se houver prescrição, a empresa de publicidade X, em razão da demanda de dívida já paga, ficará obrigada a pagar a Platão
- (A) R\$ 25.000,00.
 - (B) R\$ 50.000,00.
 - (C) R\$ 75.000,00.
 - (D) R\$ 100.000,00.
 - (E) R\$ 125.000,00.
-
40. Os juízes Antonio, Paulo, Pedro e José fazem parte da composição do TRE-SP. O juiz Paulo é sobrinho do juiz Pedro; o juiz Antonio é irmão do juiz Pedro, mas não é pai do juiz Paulo, e o juiz José não é parente de nenhum dos juízes, mas é amigo de infância do juiz Pedro. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro,
- (A) apenas Pedro e Paulo não poderão participar juntos do julgamento do mesmo processo.
 - (B) os quatro juízes não poderão participar juntos do julgamento do mesmo processo.
 - (C) apenas Pedro e Antonio não poderão participar do julgamento do mesmo processo.
 - (D) todos os juízes poderão participar juntos do julgamento do mesmo processo, não havendo impedimento legal.
 - (E) apenas Pedro e José não poderão participar juntos do julgamento do mesmo processo.
-
41. Beatriz está sendo executada judicialmente pelo descumprimento de obrigação contratual, cujo valor da causa é R\$ 62.000,00. Na referida execução, Beatriz foi considerada litigante de má-fé porque interpôs recurso com o intuito manifestamente protelatório. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, a multa pela litigância de má-fé NÃO excederá
- (A) R\$ 620,00.
 - (B) R\$ 1.240,00.
 - (C) R\$ 3.100,00.
 - (D) R\$ 6.200,00.
 - (E) R\$ 9.300,00.
-
42. Considere o processo em que for
- I. ré: pessoa incapaz.
 - II. réu: o Município de São Paulo.
 - III. réu: partido político.
 - IV. réu: o Estado de São Paulo.
- De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, NÃO se fará a citação pelo correio nas hipóteses indicadas APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II, e IV.

**Direito Administrativo**

43. O Estado contratou, mediante prévio procedimento licitatório, a construção de um conjunto de unidades escolares em diferentes localidades. No curso da execução do contrato, identificou decréscimo na demanda escolar em Município no qual seria construída uma das unidades. Diante dessa situação, decidiu reduzir, unilateralmente, o objeto inicialmente contratado, não contando, contudo, com a concordância da empresa contratada. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a contratada
- (A) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 25% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (B) não está obrigada a aceitar a supressão, em face do princípio da vinculação ao edital, exceto quando decorrente de contingenciamento de recursos orçamentários.
 - (C) está obrigada a aceitar a supressão quantitativa determinada pela Administração, desde que não ultrapasse 50% do valor do contrato, assegurado o direito ao recebimento por materiais já adquiridos e eventuais prejuízos devidamente comprovados.
 - (D) não está obrigada, em nenhuma hipótese, a aceitar a supressão do objeto do contrato, que somente poderá ser implementada por acordo entre as partes e observado o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, desde que comprove que a sua execução tornou-se economicamente desequilibrada, fazendo jus à indenização por prejuízos comprovados e lucros cessantes.
-
44. Diretor-Presidente de determinada sociedade de economia mista firmou contrato para a execução de obra pública com empresas vencedoras dos correspondentes procedimentos licitatórios, instaurados para diferentes lotes do empreendimento. Posteriormente, restou comprovado conluio entre os licitantes, bem como o estabelecimento, no Edital, de condições de participação que objetivavam favorecer a determinados licitantes e propiciar o arranjo fraudulento. Em tal situação, às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa
- (A) sujeitam-se apenas os licitantes que tenham praticado atos com o objetivo de fraudar o procedimento licitatório, desde que comprovado o dano ao erário.
 - (B) sujeita-se apenas o Diretor-Presidente da sociedade de economia mista, desde que comprovada conduta dolosa ou enriquecimento ilícito.
 - (C) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, direta ou indiretamente, independentemente de dano ao erário.
 - (D) sujeitam-se os agentes públicos e os particulares que tenham concorrido para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado, desde que comprovado dano ao erário.
 - (E) sujeitam-se apenas os agentes públicos que tenham concorrido, de forma ativa ou passiva, para a prática do ato ou dele tenham se beneficiado.
-
45. Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com a sua destinação, como bens
- (A) de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.
 - (B) de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.
 - (C) de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
 - (D) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.
 - (E) dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.
-
46. Diferentes órgãos públicos necessitam adquirir, periodicamente, material hospitalar para o desempenho de suas atividades, não sendo possível, contudo, estabelecer, a priori, a quantidade exata de cada aquisição e sendo conveniente, em razão dos prazos de validade, a compra parcelada para entregas futuras. De acordo com a legislação que rege as licitações e contratos públicos, referidos órgãos
- (A) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, realizando, cada um deles, obrigatoriamente, licitação na modalidade pregão.
 - (B) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, ainda que não tenham participado do certame licitatório, mediante consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
 - (C) poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, mediante a realização, por apenas um dos órgãos, de licitação exclusivamente na modalidade pregão.
 - (D) não poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços, que apenas se aplica a compras para entrega imediata, devendo adotar, cada um deles, a licitação na modalidade pregão.
 - (E) somente poderão valer-se do Sistema de Registro de Preços se realizarem licitação conjunta, na modalidade concorrência, indicando os quantitativos pretendidos e o preço unitário máximo admitido por cada órgão.



47. De acordo com a Constituição Federal brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso significa que a responsabilidade extracontratual do Estado
- (A) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e a ausência de condições excludentes.
 - (B) depende da comprovação do dolo ou culpa do agente público, caracterizadora da falha na prestação do serviço público.
 - (C) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, o qual responde pelos danos causados perante os terceiros, podendo exercer direito de regresso em face da Administração na hipótese de causas excludentes da ilicitude da sua conduta.
 - (D) é de natureza objetiva, sendo afastada quando comprovada a culpa ou dolo exclusivo do agente que, em tal hipótese, responde diretamente perante o particular.
 - (E) é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de culpa exclusiva do agente público.
-
48. A atividade da Administração consistente na limitação de direitos e atividades individuais em benefício do interesse público caracteriza o exercício do poder
- (A) regulamentar, exercido mediante a edição de atos normativos para fiel execução da lei e com a prática de atos concretos, dotados de autoexecutoriedade.
 - (B) de polícia, exercido apenas repressivamente, em caráter vinculado e com atributos de coercibilidade e autoexecutoriedade.
 - (C) disciplinar, exercido com vistas à aplicação da lei ao caso concreto, dotado de coercibilidade e autoexecutoriedade.
 - (D) de polícia, exercido por meio de ações preventivas e repressivas dotadas de coercibilidade e autoexecutoriedade.
 - (E) disciplinar, consistente na avaliação de conveniência e oportunidade para aplicação das restrições legais ao caso concreto, o que corresponde à denominada autoexecutoriedade.
-

Direito Penal e Direito Processual Penal

49. Sobre o *habeas corpus* e seu processo, de acordo com o Código de Processo Penal, considere:
- I. A competência para processar e julgar, originalmente, o *habeas corpus*, cuja autoridade coatora for um Secretário de Estado, é do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
 - II. A utilização do *habeas corpus* é assegurada ao agente que responde processo por infração penal, a que a pena pecuniária seja a única cominada ou contra decisão condenatória a pena de multa.
 - III. José, Juiz de Direito de uma determinada comarca do Estado de São Paulo, recebeu, após regular distribuição, um *habeas corpus* questionando uma ordem dada por um Delegado de Polícia da cidade. Após requisitar informações, tomou conhecimento de que a ordem foi ratificada por Pedro, outro Juiz de Direito da mesma comarca, para o qual o Inquérito Policial foi distribuído. Neste caso, cessa de imediato a competência do Magistrado José, para quem foi distribuído o *habeas corpus*, conhecer do *writ*.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
 - (B) III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
50. Paulo, Juiz de uma determinada comarca do Estado de São Paulo, prolatou uma decisão contra a qual cabe recurso em sentido estrito. Uma das partes interpôs o recurso no prazo legal, apresentando as suas razões e a parte contrária, por sua vez, as contrarrazões, posteriormente. Apresentadas as contrarrazões, os autos foram remetidos a Paulo que exerceu o juízo de retratação e reformou a decisão impugnada. Neste caso, a parte contrária
- (A) não poderá recorrer de qualquer forma da nova decisão.
 - (B) poderá recorrer da nova decisão por simples petição, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juízo modificá-la.
 - (C) poderá recorrer da nova decisão por petição nos autos, se couber recurso, com abertura de novos prazos para razões e contrarrazões, sendo lícito ao juízo modificá-la novamente.
 - (D) poderá recorrer da nova decisão por simples petição, se couber recurso, sendo lícito ao juízo modificá-la novamente.
 - (E) poderá recorrer da nova decisão por petição nos autos, se couber recurso, com abertura de novos prazos para razões e contrarrazões, não sendo mais lícito ao juízo modificá-la.
-



51. Analise as seguintes situações sobre as testemunhas, de acordo com o Código do Processo Penal:

- I. Tício, padre de uma paróquia na cidade de São Paulo, mantém contato, no exercício de sua atividade religiosa, com uma determinada pessoa que lhe conta com detalhes, em função da fé no confessorário, que presenciou um delito de homicídio na porta da sua casa, praticado contra um vizinho. Tício poderá figurar como testemunha, mas está proibido de prestar depoimento em juízo, salvo se quiser e for desobrigado pela parte interessada.
- II. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça é arrolado como testemunha em um processo crime que tramita em uma das Varas Criminais da Comarca de São Paulo. Neste caso, ele será inquirido em local, dia e hora previamente ajustados com o juiz do processo, podendo optar, também, pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes, lhes serão transmitidas por ofício.
- III. Em regular audiência de instrução e julgamento está sendo ouvida testemunha arrolada pela acusação. O juiz não poderá indeferir perguntas formuladas pelo advogado do réu, mesmo se não tiverem relação com o processo.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

52. Rubens está sendo processado por crime de peculato, praticado no dia 03 de fevereiro de 2008, quando tinha 20 anos de idade. A denúncia foi recebida no dia 05 de junho de 2008. Por sentença judicial, publicada no Diário Oficial no dia 10 de novembro de 2011, Rubens foi condenado a cumprir pena de 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. A pena privativa de liberdade aplicada pelo Magistrado foi substituída, na forma do artigo 44, do Código Penal, por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e por 10 (dez) dias-multa, no valor unitário mínimo. A sentença transitou em julgado no dia 1^o de janeiro de 2012. Nesse caso, após o trânsito em julgado, a prescrição para as penalidades aplicadas ao réu verifica-se no prazo de

- (A) 02 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.
- (B) 08 anos para a pena privativa de liberdade e 02 anos para as multas.
- (C) 04 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.
- (D) 04 anos para a pena privativa de liberdade e 02 anos para as multas.
- (E) 08 anos para a pena privativa de liberdade e para as multas.

53. Moacir foi conduzido ao Distrito Policial acusado de praticar crime de desacato, pois teria xingado um Policial Militar quando foi abordado em uma operação bloqueio da "Lei Seca" na cidade de São Paulo. Foi lavrado o respectivo Termo Circunstanciado e encaminhado ao Fórum local. Moacir ostenta vasta folha de antecedentes criminais e não fazia jus a qualquer benefício legal. O Ministério Público ofereceu, então, denúncia contra Moacir, acusando-o de praticar o delito em questão (desacato). Designada audiência de instrução, debates e julgamento, o acusado foi regularmente citado e compareceu ao ato acompanhado de seu advogado. Iniciado o ato processual, o Magistrado concedeu a palavra ao advogado de Moacir para responder aos termos da denúncia. Em seguida, o Magistrado, em decisão fundamentada, rejeitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público. Contra essa decisão

- (A) não caberá recurso.
- (B) caberá apelação, no prazo de três dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (C) caberá apelação, no prazo de cinco dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (D) caberá apelação, no prazo de dez dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (E) caberá apelação, no prazo de quinze dias, que será julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.



54. Considere as seguintes situações hipotéticas de cidadãos processados pela Justiça Pública:

- I. José, não reincidente, é condenado a cumprir pena de 04 anos de reclusão por crime de denúncia caluniosa e poderá iniciar o cumprimento da pena em regime aberto.
- II. Paulo é condenado a cumprir pena de 02 anos de reclusão por crime de coação no curso do processo, e tem sua pena privativa de liberdade substituída por uma pena restritiva de direitos e por multa.
- III. Murilo registra condenação anterior por crime de falso testemunho e está sendo processado por crime de peculato. Nesse caso, não poderá ter a sua pena privativa de liberdade substituída pela restritiva de direitos, por expressa vedação legal.

De acordo com o Código Penal, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

Instrução: Para responder à questão de número 55, considere a Lei nº 8.112/1990.

55. André é titular de cargo em comissão de natureza gerencial no Tribunal Regional Eleitoral. Em razão de sua conduta inadequada foi responsabilizado por lesão aos cofres públicos. Assim, André foi punido com a destituição do cargo em comissão. Nesse caso, a penalidade aplicada implica a

- (A) indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, com prejuízo da ação penal.
- (B) indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) instauração de ação penal e multa pecuniária, com prejuízo das medidas de natureza cível.
- (D) incompatibilização do servidor para nova investidura no cargo público federal, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- (E) incompatibilização do servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Instrução: Para responder à questão de número 56, considere a Lei nº 11.416/2006.

56. O Adicional de Qualificação – AQ foi concedido aos analistas judiciários Sérgio e Olga, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em títulos, diplomas e certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário. Nesses casos, analise:

- I. Esse adicional será devido a partir da conclusão do título, diploma ou certificado.
- II. Serão considerados, para os efeitos desse adicional, os cursos e as instituições de ensino reconhecidos por quaisquer órgãos públicos de educação.
- III. Serão admitidos cursos de pós-graduação *lato sensu* somente com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.
- IV. O adicional mencionado não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

Diante disso, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**Regimento Interno do TRE-SP**

57. Considere:

- I. Conhecer, processar e relatar reclamações e representações contra Juízes Eleitorais, encaminhando-as ao Tribunal para julgamento.
- II. Presidir sindicâncias contra Juízes Eleitorais, nas quais é obrigatória a presença do Procurador Regional Eleitoral.
- III. Relatar as tomadas de contas de verbas federal e estadual e os recursos administrativos.
- IV. Mandar publicar, no prazo legal, listagem dos candidatos registrados, comunicando aos partidos interessados eventuais cancelamentos.

Compete ao Presidente do TRE-SP as condutas indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

58. Deocleciano, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, fará parte da composição do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. De acordo com o Regimento do TRE-SP, o prazo para a posse, contados da publicação oficial da nomeação, será de

- (A) trinta dias, improrrogáveis.
- (B) trinta dias prorrogáveis excepcionalmente pelo TRE-SP por, no máximo, sessenta dias.
- (C) quarenta e cinco dias, improrrogáveis.
- (D) quarenta e cinco dias prorrogáveis excepcionalmente pelo TRE-SP por igual período.
- (E) sessenta dias prorrogáveis excepcionalmente pelo TRE-SP por, no máximo, noventa dias.

Noções de Administração Pública

59. Com relação às diferenças entre uma entidade estatal e um órgão público, considere as afirmativas abaixo:

- I. Entidade estatal é um ente com personalidade jurídica, ou seja, capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações em nome próprio.
- II. Órgãos públicos constituem centros de competência despersonalizados, partes componentes de uma entidade política ou administrativa.
- III. Quando a União opta por transferir a titularidade de determinada competência a autarquias e fundações públicas – estamos perante o fenômeno da desconcentração, mediante o qual são criados os órgãos públicos.
- IV. Órgão público é uma pessoa jurídica, já que é apenas parte da estrutura maior, o Estado.
- V. Os Órgãos públicos cumprem o que lhes foi determinado pelo Estado e não têm, portanto, vontade própria.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I e IV.

60. O diretor de um órgão público qualquer tem poder para definir o período durante o qual serão gozadas as férias dos seus servidores. Esse dirigente é obrigado a conceder férias anuais a todos os servidores do órgão. Os dois casos referem-se, respectivamente, ao exercício de poder

- (A) distributivo e coercitivo.
- (B) discriminativo e assertivo.
- (C) disciplinar e vinculado.
- (D) arbitrário e obrigatório.
- (E) discricionário e vinculado.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escolha UMA (apenas uma) das seguintes propostas para elaborar a sua redação e identifique na Folha de Redação Definitiva, no campo apropriado para tal, o número da proposta escolhida.

PROPOSTA Nº 1

Existem alguns argumentos relevantes contra a adoção do financiamento público exclusivo para as campanhas eleitorais e muitos a favor. Está chegando a hora de decidir a respeito dele. É uma das principais ideias em debate no Congresso e entre especialistas em legislação eleitoral, desde quando as discussões sobre a reforma política se intensificaram a partir do início desta legislatura. Foi já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e está no anteprojeto de reforma elaborado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

(Marcos Coimbra. **CartaCapital**, 15/10/2011. www.cartacapital.com.br/politica/financiamento-publico-pros-e-contras/)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A arrecadação de recursos nas campanhas eleitorais e as implicações da instituição do financiamento público exclusivo

PROPOSTA Nº 2

*Ainda que outros pensadores, antes e depois dele, tenham refletido sobre a mesma questão, não há como negar a relevância do pensamento de Montesquieu para a história da separação dos poderes. A advertência feita em sua obra mais célebre, **Do espírito das leis**, publicada em 1748, mantém ainda hoje a sua pregnância: “Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.” A grande distância que nos separa do filósofo francês no tempo e no espaço não deve constituir obstáculo para que reconheçamos a dívida que temos para com suas ideias.*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A separação dos Poderes no Brasil e sua importância para a democracia brasileira



PROPOSTA ESCOLHIDA: Nº:

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO